

## ESCOLA E VIOLÊNCIA: RELAÇÃO ENTRE VIGILÂNCIA – PUNIÇÃO E DEPREDACÃO ESCOLAR:

Áurea Maria Guimarães

Mestra em Filosofia Social pela PUCCAMP

Esse tema foi desenvolvido por mim em minha dissertação de mestrado. Meu objetivo, nesse trabalho, foi demonstrar as possíveis relações entre vigilância – punição e depredação escolar.

À medida que eu ia trabalhando sobre esse tema fui percebendo que ele estava muito ligado à minha própria violência, ao meu próprio autoritarismo, aos meus próprios esquemas de vigilância e punição. A partir dessa percepção ficou um pouco mais fácil entender as teses do filósofo Michel Foucault. Este filósofo nos alerta dizendo que o poder não é uma instância separada da sociedade, encarnada no Estado, com função exclusivamente repressiva. O poder é produtivo, criativo, acha-se difundido pelo interior das relações sociais, espalhando-se em todas as direções, criando novas formas de sujeição e de dominação.

Como é que esse poder de dominação se espalha pelo interior da sociedade? Com a ajuda de todos nós. Cada um na sua atividade expressa aquele poder que parece existir apenas no topo dirigente da sociedade. Cada um de nós se submete porque espera submeter os outros ao seu próprio poder, por menor que este seja.

Diz Foucault, que os carrascos do séc. XIII foram substituídos por uma tecnologia nova de controle, ativada por guardas, médicos, capelães, psiquiatras, psicólogos, educadores.

O que eu procuro analisar é tudo aquilo que foge das teias do poder do Estado, mas que no final das contas acaba por alimentá-lo ainda mais. Eu me refiro ao que Foucault denomina de “minipoderes”, “micropoderes”, a pequenas instâncias discretas, quase invisíveis que se revelam através de regulamentos, conselhos, avisos, proibições. O Estado aqui é substituído por fragmentos de poder que são exercidos por cada um de nós na posição que ocupamos, seja ela qual for.

\*Trabalho apresentado no Colóquio Foucault realizado na USP, de 15 a 20 de abril de 1985.

### Como nasceu o interesse por seu trabalho ?

Desde 1978, sendo funcionária da Conesp (uma Companhia que constroee prédios escolares para o Estado) tenho tido oportunidade de vistoriar inúmeras escolas pertencentes à Divisão Regional de Ensino de Campinas.

Na maior parte dessas visitas, a tônica referente à depredação da escola era e tem sido muito constante. Os diretores assinalam como principais depredadores os "marginais", "elementos perigosos" que rondam a escola para roubar ou simplesmente para danificarem as instalações. Os alunos também depredam o prédio, mas segundo os diretores isso ocorre em menor escala. Mas por que os próprios alunos depredam o prédio ?

O que me interessou foi pesquisar os motivos que levam os próprios alunos a quebrarem os equipamentos da escola. A depredação feita por elementos externos não foi levada em conta devido à indisponibilidade de tempo e de recursos na época.

A minha hipótese inicial de trabalho foi de que haveria uma relação entre a depredação e o rigor nos sistemas disciplinares da escola, ou seja, a depredação não seria resultado do bairro ser pobre, mas do rigor punitivo da escola.

A pesquisa envolveu 15 escolas estaduais de Primeiro e Segundo Graus, localizadas no município de Campinas, escolhidas aleatoriamente.

Alunos de 5ª a 8ª séries foram entrevistados. Com eles realizei 30 entrevistas coletivas. As questões que nortearam a conversa com esses alunos tinham por objetivo saber: — como a vigilância e a punição os atingiam, de que forma eles participavam desses mecanismos, como reagiam; — detectar como funcionam, para que servem e qual a finalidade dos sistemas de vigilância e punição na escola; — analisar a existência de regulamentos que determinassem esquemas de vigilância e punição; — como a escola, à medida que acontecem as depredações, reforça os sistemas de vigilância e punição, marginalizando, assinalando, negativamente aqueles que contestam a uniformização, ou seja, como a escola mantém a marginalidade.

O meu trabalho aborda os sistemas de vigilância e punição, com base nos estudos de Michel Foucault, procurando esclarecer o papel do aluno, não só como elemento passivo, mas também como elemento ativo da engrenagem escolar, na medida em que também ele faz funcionar o sistema ao representar os papéis de vigilância e punição em relação aos seus colegas. Esse papel ele o assume não como resultado de opção pessoal, mas como uma função social desenvolvida pelos mecanismos disciplinares que disseminam o poder por toda a sociedade.

A eficácia da escola foi vista muito mais enquanto instituição que normaliza comportamentos do que instituição que objetiva a aprendizagem dos alunos.

A deprecação escolar teve um enfoque diferente do usual, ou seja, a chamada violência dos alunos foi tratada não como marginalidade, mas como diretamente ligada aos sistemas de vigilância e punição que têm por objetivo uniformizar o comportamento das pessoas. A deprecação surge como uma forma de contestação aos modos pelos quais essa uniformização se expressa que são a vigilância e a punição.

No que se refere à VIGILÂNCIA então, considere a escola como um aparelho que dessemina o poder entre todas as pessoas que lá estudam ou trabalham. Quanto à punição enfatizo o aspecto da uniformização de comportamentos, porque ao mesmo tempo que a punição objetiva a uniformidade, ela também faz diferenciações, separando, através de avaliações e de classificações os "bons" dos "maus". A homogeneização acaba tornando úteis as diferenças, provocando o controle do corpo, que se concretiza através de exercícios que esquadrinham o tempo, o espaço, o movimento, gestos e atitudes dos alunos.

Nas entrevistas encontrei referências dos alunos ao que Foucault denomina de **"esquadrinhamento do espaço"**: Diz um aluno: "Aqui é tudo repartido, aqui parece que não é escola do aluno".

Cada aluno parece ocupar um lugar determinado no espaço, o que possibilita saber onde está e como encontrá-lo.

Quanto ao **"esquadrinhamento do tempo"**: "Você chega... você vai tomar a merenda, certo. Você chega e pega aquele filão do INPS lá (risos). Sai de lá e pega outro filão, o do banheiro, e acaba o tempo. Você só pode comer e ir ao banheiro e subir... Então você tem que ir no banheiro rápido, voltar, comer rápido e pronto e subir".

O tempo é marcado e ocupado de modo a ser utilizado intensamente. O aluno deve ser rápido, cumprindo as atividades que lhe são determinadas.

Quanto ao **"esquadrinhamento do corpo, dos gestos"**: "São dois sinais, bateu o primeiro já tem que estar todo mundo subindo... na hora que está batendo o outro, você pára, o resto desce".

**"Esquadrinhamento da atitude"**: "Quando tinha a dona (refere-se a inspetora de alunos) aí a gente estava no banheiro, ela batia na porta: "abre aí pra mim ver o que você está fazendo"; "Na classe a gente senta longe e tudo, mas ela (a diretora) chegou para minha mãe no dia da reunião e falou que eu... com tal e outro. O problema é nosso."

Observa-se pelos depoimentos dos alunos que o corpo, os gestos, os comportamentos, as condutas são submetidas aos mecanismos de disciplina exercidos pela escola. A vigilância é o suporte básico para o funcionamento dessas práticas políticas disciplinares, por esse motivo ela está inserida na prática do ensino, transformando a escola num "observatório político", ou seja, num local onde se pode ter conhecimento de todos os indivíduos, possibilitando classificar, qualificar, punir, normalizar todas as pessoas inseridas no ambiente escolar.

Procurei mostrar que há uma certa semelhança entre as instituições carcerárias analisadas por Foucault em "Vigiar e Punir" e as escolas de hoje. Prisão e escola são lugares onde o poder disciplinar produz saber; aparelhos que produzem o poder; lugares onde se legitimam a vigilância e a punição.

Como aparelho que produz poder, nós vemos que as práticas e normas do sistema escolar, por exemplo, são aceitas e desenvolvidas por todos: os **alunos**: "Tem um aluno na minha classe que esse ano ele já teve 4 suspensões, e o diretor não fala nada, é por isso que eles aproveitam"; os **funcionários**: "Ele não pode ver ninguém fora da classe (...). Ele não pode chegar e xingar, como ele xingou um aluno (...). Eu acho que ele não deve, ele quer mandar"; os **professores**: "Eu comecei a perguntar a matéria e ela achou que eu estava querendo tirar uma da cara dela (...). Começou a me criticar (...)".

Todas as pessoas nas suas respectivas posições exercem um determinado tipo de poder. Cada um no ponto em que se encontra, seja professor, diretor, inspetor de alunos, coordenador pedagógico, psicólogo, assistente social, pai, "faz reinar a univervalidade do normativo". A aceitação e o cumprimento das normas por parte de todas essas pessoas passam a se constituir numa peça básica de engrenagem escolar.

A vigilância também acontece na escola através da tarefa de fiscalizar, de delatar. Essa tarefa é atribuída aos alunos fazendo com que eles participem de um sistema de observações: "Tem vezes que a gente está dentro do banheiro. Sempre tem um lá dando uma voltinha, chega e deda... isto é aluno". O essencial é que o aluno assim como o detento se saiba vigiado.

Aceitar o poder de punir e ser punido parece ser uma prática natural entre os alunos que acabam julgando uns aos outros, segundo critérios previamente estabelecidos pela escola: "Olha esse negócio de suspensão, de uma certa forma o seu (cita o nome da pessoa) tem razão porque ele não pode chegar e falar: 'você fez', mas também ele

precisaria da ajuda dos alunos pra ele dar a suspensão só pra um e não pra todos”.

Os alunos são envolvidos nesse sistema de delação. Muitos não falam porque temem revidações, outros acusam para escapar à punição.

Os alunos perdem a consciência de seus direitos e a punição acaba garantindo a ausência da capacidade de crítica ocasionando um reforço no sistema da delação.

As entrevistas demonstram que não se tenta propiciar a discussão entre os alunos sobre os problemas que surgem a partir, por exemplo, de um furto. Deixa-se de lado as culpas que levam a acontecimentos desse tipo para que única e exclusivamente descubra-se o culpado: Ele (o diretor) falou uma vez pra gente do primeiro ao que aluno é muito bobo: “chego lá, jogo verde pra colher maduro”. Ele vem e ameaça: “Vou suspender a classe inteira”. Todo mundo vai lá e se entrega e pronto”.

A vigilância possibilita os indivíduos sobre os quais se pode efetuar uma observação constante, detalhada, obtendo-se dessa forma comportamentos homogêneos, dentro das normas estabelecidas.

Os alunos fazem referências à prisão, comparando a escola a um presídio: “A escola é uma prisão, só falta colocar um cadeado”; “Parece que estamos na penitenciária. Pra sair é a coisa mais difícil que tem, pra entrar é mais fácil”.

Na obra “Vigiar e Punir” Foucault demonstra que a prisão na realidade não transforma os criminosos em gente honesta, o que ela faz é fabricar novos delinquentes, se utilizando deles para uma vigilância perpétua de todo o campo social. Afirmo que a escola, por sua vez, tenta traduzir o indivíduo normalizado, não crítico, reprimindo qualquer acontecimento que ameace perturbar o ambiente escolar: “Disseram que um próprio aluno da escola entrou aí e quebrou todas as lâmpadas. Eu estava aqui (...) Não tinha ninguém (...). Entrou uns 4 alunos. Até tinha 2 alunos da classe. Daí o seu (diretor da escola) chamou o guarda pra ficar aí para quando entrar aqui pode levar a delegacia. Então ele falou que pode levar para a delegacia e tratar como marginal, porque quando o aluno entrou aqui, quebrou as coisas, então é tratado como marginal”.

Assim como a prisão não visa a recuperação do detento, mas o controle de suas atividades desviantes, digo que a escola não tem como preocupação básica o aprendizado do aluno e sim o controle do seu comportamento, não importando o que ele fez, mas o que ele foi, é ou poderá vir a ser. A prisão assim como a escola acabam funcionando como aparelhos de saber, ou seja, como “minúsculos observatórios sociais” que penetram nos desejos e impulsos dos alunos exercendo sobre eles um con-

trole regular que toma como referência não tanto o que se fez, mas o potencial do perigo que se carrega e que pode se manifestar no comportamento observado contidamente: "No meu caso, porque eu tive passagem na outra escola, eles já ficam em cima de mim. Então qualquer coisa, eles já ficam em cima de mim. Mas não que eu tenha feito alguma coisa".

Os regulamentos internos das escolas também permitiram visualizar o funcionamento dos sistemas de vigilância e as tentativas de uniformização de comportamentos.

Em termos concretos, há uma série de regras não escritas, mas transmitidas aos alunos quase que diariamente.

Em quase todas as entrevistas os alunos fazem inúmeras citações de normas que em última instância implicam no controle de atitudes que tenham a ver com a **movimentação do corpo**: "Você está com vontade de ir ao banheiro na 1ª aula, tem que esperar o recreio"; "Na hora do recreio não pode ficar no corredor"; que possam levar à **desobediência na ocupação de espaços delimitados**: "(...) se você enforcou, você tem de estar fora da escola num raio de 100 metros"; "Não pode permanecer dentro do colégio se acabou a aula"; que possibilitem **relações fora das normas**: "Não pode andar de mão dada aqui na escola".

O uso obrigatório do avental: para os diretores o avental possibilitava identificar melhor os elementos que ocupam o estabelecimento. (Hoje não existe mais esta exigência). Alguns alunos também concordam com o comportamento exigido pela escola e em última instância pela sociedade: "Todas as coisas que a gente faz tem uma roupa especial; trabalho; uniforme para a escola; em casa, roupa simples; cidade: toda emboncada. Escola: todos usam uma roupa só (...). Um marginal de maconha, bagunça, assaltam a escola, ninguém fica sabendo. Uniforme é importante, avental nem tanto. Dificilmente um professor vai guardar a cara de todos os alunos".

A identificação dos desviantes acaba ocorrendo via homogeneização de comportamentos. É colocando ordem numa multiplicidade desordenada e confusa que é possível conhecer todas as pessoas, não pela "cara", como diz o aluno, mas pelo uso ou não do avental, ou seja, não pelo que se é, mas pelo que significa usar ou não o avental.

O uso da carteirinha: na maioria dos estabelecimentos o aluno ao entrar, deixa a carteirinha na diretoria para ser carimbada "presença" e no final do período as semanas são devolvidas, quem não trouxe leva "falta". Em outras escolas não pode entrar sem a carteirinha, em algumas a carteirinha não é recolhida, mas os alunos devem andar com ela.

A escola treina o futuro cidadão ao regulamentar o uso da carteirinha. A exigência em portar esse documento se assemelha de algu-

ma forma com a carteira de trabalho. É preciso andar sempre com ela para eventual necessidade de identificação junto a representantes da "ordem". Não estar de posse desses documentos significa desleixo, atitude de desocupado, de gente improdutivo, e a punição deve servir de exemplo para que os ocupados não se atrevam a deixar de serem cidadãos produtivos.

Ainda quanto aos regulamentos o que particularmente me chamou a atenção foi a referência, notadamente no período noturno, à inexistência de regulamentos. Essa percepção dos alunos está de acordo com afirmações feitas durante a pesquisa de que à noite a vigilância não é tão rígida em comparação com outros períodos. Afirmando que a maioria desses alunos já passa o dia todo trabalhando sob o comando de normas rígidas de trabalho e subjugá-los também na escola poderia ocasionar o surgimento de comportamentos extremamente agressivos.

As diferentes formas pelas quais a vigilância acontece revelam que o poder não opera apenas como uma força violenta que diz não, ele permeia as pessoas influenciando seus comportamentos, produzindo saberes, distribuindo mais poderes que ampliam os sistemas de conhecimento dos indivíduos e conseqüentemente as possibilidades de maior vigilância a ser exercida sobre a vida de todos.

**PUNIÇÃO:** a punição é muito mais uma forma de discriminar comportamentos do que castigar. Ao discriminar comportamentos dos indivíduos a punição passa a diferenciá-los, a hierarquizá-los em termos de uma conformidade a ser seguida, formando um grupo restrito e fechado de indivíduos que caracterizam "a desordem", o crime, a loucura". A punição não objetiva sancionar a infração, mas controlar, qualificar o indivíduo, não interessado o que ele fez, mas o que é, será ou possa ser. As punições são da ordem do exercício, implicando no aprendizado intensificado, em suma, punir é exercitar.

Na escola a punição além de visar a uniformidade de comportamentos ela seleciona os alunos separando os "bons" dos "maus" sendo ilusório se pensar que a penalidade é uma maneira de reprimir delitos.

Nas entrevistas os estudantes referem-se a atitudes de professores e diretores que produzem a **normalização** e a **ausência de crítica**: "Os padrões deles são diferentes do nosso (...) E quem ganha? Eles, eles estão com o poder, e a gente não pode falar nada. A gente tem que seguir, a gente tem que ir de acordo onde o vento vai."

A escola cria **indivíduos sujeitos a hábitos, regras, ordens, à autoridades** que se exercem continuamente sobre eles: "Só não falando o meu nome, porque não que a gente seja acovardado, mas porque a gente tem que obedecer, pronto, acabou e fim de papo, não se importando se está certo ou errado".

Em alguns depoimentos os alunos indicam **punições que ao uniformizar comportamentos passam também a diferenciar infratores**. A uniformização homogeneiza comportamentos para que as diferenças se destaquem do padrão instituído e possibilite a mediação dos desvios: "Tem professores que dizem que muitos alunos são bagunceiros porque quando a classe tá bagunçada, por causa deles, a classe inteira que leva".

**A homogeneização no castigo obriga o "culpado" a se entregar:** (...) sumiu um tipo de equipamento químico da biblioteca e o seu (fala o nome da pessoa) falou se não aparecer até 6ª feira à noite, a escola inteira ia levar suspensão. A dona (a diretora) reuniu todo mundo aí fora e falou que se o rapaz não aparecesse, e ela já estava desconfiada quem era e queria que chegasse e falasse: 'eu peguei e devolvo'. Ninguém pegou suspensão, a escola inteira ia se tornar revoltada, porque por causa de um (...)"

É o que Foucault denomina de a "regra dos efeitos Laterais"; aqui a penalidade "deve ter efeitos mais intensos naqueles que não cometeram a falta", ou seja, na aplicação das penas, o elemento menos interessante é o culpado. No depoimento acima percebe-se que a diretora já sabia quem era o culpado, mas isso não bastava, era necessário causar impressão mais eficaz sobre todos os outros, para que os alunos saibam a que estarão sujeitos, caso ousem transgredir as normas.

A escola, ao tratar todos os alunos da mesma maneira, inclusive até na aplicação dos castigos, consegue detectar aquele que não se conforma, que contesta, surgindo daí o antialuno, ou seja, aquele que se contrapõe ao padrão estabelecido do que é ser bom aluno. Por sua vez, a manutenção da uniformidade depende da existência de comportamentos desviantes, pois quem não cumpre as normas e as tarefas obedientemente, logo é tomado pela escola como ponto de referência para que os outros tenham os parâmetros dos comportamentos tidos como indesejáveis pela escola.

A escola também estabelece um **sistema de fornecimento de notas** que se superpõe a um **sistema próprio de punições e recompensas**: "Eles dizem assim: você vai comprar dez votos e tem que pagar, se não tira ponto a apronta mil e uma"; "Tem festa junina em junho, então se dá prenda você ganha ponto na nota, ganha letra, entende ? Então a diretora falou assim: 'se vocês quiserem... vocês dão prenda de nove matérias'".

As boas e más notas, os bons e os maus pontos são fornecidos de acordo com o comportamento dos alunos, exercendo sobre eles

uma vigilância que classifica, qualifica e pune: "A gente fala qualquer coisa pra ela, ela fala que vai baixar a nota".

A penalidade é quantificada de modo a associar a mais com bom comportamento e a menos com mau comportamento. Essa contabilidade, esse cálculo das notas a mais ou a menos, segundo Michel Foucault, aparece desde cedo, no exército, nas oficinas, nas escolas cristãs: "(...) Um escolar, por exemplo, terá por castigo 4 ou 5 perguntas do catecismo para copiar, ele poderá se libertar dessa penitência mediante alguns pontos de privilégios. (...) Uma criança, por exemplo, terá um castigo de que se poderá redimir com 6 pontos; tem um privilégio de 10; apresenta-o ao mestre que lhe devolve 4 pontos; e assim outros". (J. B. de la Salle, "Conduta das Escolas Cristãs", in *Vigiar e Punir*, p. 161)

### TIPOS DE PUNIÇÕES APLICADAS AOS ALUNOS

– Livro de Ocorrência ou Livro Negro: onde se registram o nome do aluno e a falta cometida.

Instrumento que cataliza a identidade do aluno, o perfil do seu comportamento.

– "Processo na Justiça": documentação onde se registram as faltas dos alunos e que seria encaminhada para a Delegacia de Polícia; "Pegar Cella": o aluno pode ser denunciado à polícia e ser preso.

Embora eu não tivesse provas concretas de que essas punições tenham realmente se efetivado, nota-se que o discurso utilizado pela instituição tem o efeito desejado, uma vez que produz medo entre os alunos cunhando atos de indisciplina como de "marginais", "delinquentes".

– Os alunos também consideram como punição a atitude de alguns professores e funcionários que utilizam palavras depreciativas para chamar a atenção dos estudantes. Palavras como "marginal", "macocheiro", "selvagem", "maloqueiro", "índio", "favelado", "bobo", animal" e também alguns palavrões são dirigidos aos alunos que expressam grande revolta ao serem rotulados dessa forma.

O xingamento não deixa de ser uma forma de controle de comportamento separando os "bons" dos "maus", os que não se conformam são imediatamente denominados com adjetivos que tiram deles a capacidade de articularem um raciocínio que os faça pensar nas causas de suas atitudes.

– "Chá de banco", "sermão", "chamar o pai", "ir para a diretoria" ou "para a sala dos professores".

O confronto entre os alunos e as autoridades direciona-se no sentido do aluno respeitar a hierarquia e saber que existe um poder na escola do qual no respeitar a hierarquia e saber que existe um poder na escola na qual ele não participa, mas que deve respeitar não transgredindo as normas estabelecidas por este poder. Nesse sentido também está se treinando o futuro cidadão, respeitador das leis e dócil ao caminho das autoridades.

— Tarefa monstro: consiste em escrever 100 ou 200 vezes o que não deve ser feito: tipo-perturbar a aula/ — esquecer o livro de alguma matéria/ — sair da sala antes do professor quando as aulas terminam.

Recorrendo a Foucault vamos ver que as punições muitas vezes são da ordem do repetido, do exercício multiplicado. Após insistências redobradas tenta-se obter o efeito corretivo e que o aluno se arrependa não do ato em si, mas que se lembre da tarefa penosa a que será submetido caso venha cometer atos de rebeldia.

— Falta coletiva: muitas vezes o culpado por alguma indisciplina não é localizado e a classe inteira acaba recebendo a punição.

É difícil acontecer essa punição, pois de modo geral os próprios alunos apontam o culpado ou ele mesmo se entrega para não prejudicar a classe. Essa é uma forma de controle que além de incentivar a delação também tem por objetivo utilizar a existência de um culpado real para amedrontar possíveis culpados.

O que tentei analisar nesse tópico da PUNIÇÃO é que a penalidade não visa punir o que o aluno fez, não tem por objetivo provocar a revisão de atos que estejam prejudicando o seu desenvolvimento pessoal, o que se procura é controlar o comportamento, neutralizando as possíveis disposições para a rebeldia, a desordem, o perigo.

É ilusório se pensar que a penalidade é uma forma de reprimir delitos. Na verdade, punir aqui significa diferenciar os alunos uns em relação aos outros. Ao delimitar todas as diferenças, a punição compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui, ou seja, ela normaliza.

**DEPREDAÇÃO:** as depredações abrem um campo delimitado de violência sobre o qual é possível localizar os indivíduos portadores de um potencial desviante. De certo modo a escola pretende reduzir as depredações esquadrihando comportamentos, distinguindo os “bons” dos “maus” alunos. O padrão estabelecido é o do bom aluno, aquele que não depreda a escola; quem depreda é o marginal. Com isso impede-se que a depredação resulte em formas mais amplas de manifestação.

O resultado da pesquisa revelou que não há uma relação direta entre o rigor dos sistemas de vigilância, punição e depredação do prédio, uma vez que encontrei escolas com um rígido sistema na disciplina e que não são danificadas; em outras, a disciplina quase inexistente mas o

prédio é depredado; enquanto que também aparecem estabelecimentos onde a rigidez disciplinadora parece ocasionar a depredação feita por alunos.

Nas escolas depredadas com um rígido sistema disciplinador há uma confusão entre organização e atos coercitivos. Nesses estabelecimentos o aluno está sujeito a uma série de normas que o impedem de circular pelo prédio, de ir ao banheiro durante as aulas, de ficar na classe durante o recreio, ou quando o professor falta, de não poder falar. Aqui o aluno depreda porque percebe-se excluído de qualquer vínculo que o ligue afetivamente à escola.

Nas escolas com ausência quase total de normas há uma confusão entre liberdade e uma desorganização sentida pelos alunos como bagunça. Os alunos entram e saem do prédio fora dos horários estabelecidos. O diretor raramente aparece e nem toma conhecimento de que acontece. As regras existem, mas como ninguém cumpre não há preocupação pela disciplina: "(...) quer que quer, mas vê que não conseguem nada eles não ligam mais;" (...) eu venho aí a semana inteira e não tem aula". Nestas escolas apesar de aparentemente se notar a ausência de repressão podemos dizer que existe uma situação confusa onde atitudes coercitivas se misturam em meio à desordem. Na desorganização do dia a dia aparece ocasionalmente alguém para impor ordem: "(...) tem dia que nunca vem uma pessoa e quando vem ela resolve fechar o portão. Prende a gente". Os alunos parecem ter consciência dessa confusão: "Querer organizar é uma coisa, querer dar ordem e forçar é outra coisa". Aqui o aluno depreda porque percebe que a desorganização é uma forma de mantê-lo à margem da própria escola e sabendo disso ele depreda o prédio como um meio de chamar a atenção.

Nessas escolas, as relações, de modo geral, se caracterizam pela repressão que a direção exerce sobre os alunos, e estes por sua vez respondem a essa repressão e reagem também com violência depredando a escola. O conflito existe, porém, ele não se encaminha para formas mais amplas de manifestação, uma vez que os próprios alunos acabam associando depredação com marginalidade. No final, acabam sentindo culpa por suas reações não percebendo que a violência primeira partiu da própria escola e que a depredação é uma forma de contestação, porém utilizada pela administração para neutralizar ações que visem a crítica da escola.

Só para lembrar: a palavra violência é empregada no sentido que M. Foucault dá à palavra, ou seja, no sentido de controle das ações dos alunos, interferindo em seus corpos, seus hábitos, seus desejos, através de um conjunto de disciplinas, de normas, de condutas que objetivam treinar o indivíduo para que ele aumente sua utilidade econômica e diminua o seu potencial político, impondo uma relação de docilidade — utili-

dade. (Ver M. F., *Microfísica do Poder*, p. 147 e 148, e *Vigiar e Punir*, p. 127).

Nas escolas não depredadas os sistemas de vigilância e punição são tão rígidos quanto aos das escolas depredadas. Há rigidez, mas ao lado dela oferece-se aos alunos atividades extraclasse como: Olimpíadas, Campeonatos, Festa do Sorvete, da Primavera, permissão para o uso da quadra, atividades que absorvem a ação dos alunos, mas que de forma alguma torna-os participantes nas tomadas de decisões a seu respeito.

Há excessivo controle sobre todas as atividades, sobre todos os movimentos dos corpos, dos estudantes, mas também há meios para canalizar as críticas dos alunos que são parcialmente ouvidas e muito pouco atendidas, contudo pude detectar pelas entrevistas que essa atitude da escola acaba criando um clima de alguma confiança entre os alunos: "Obedecendo esses regulamentos a gente tem liberdade. Aqui nós somos tudo amigo, conversamos". Os alunos consideram que suas escolas não são depredadas devido à disciplina: "Nós temos esta escola assim boa sem ser depredada e tal por causa da disciplina. Quer dizer, de certo modo tem que ter alguma coisa".

A meu ver mais importante que a disciplina mantida é o relacionamento que esses alunos tem com os professores. Em quase todos os depoimentos os alunos fazem referências ao apoio, à atenção que recebem dos professores.

O fato do professor ser brincalhão, de conversar com os alunos de deixar à vontade na sala de aula, parece contribuir para a criação de um clima de maior confiança onde pelo menos professores e alunos se falam, trocam idéias, apesar do regime severo a que estão submetidos. Esses professores, de modo geral, são mais críticos, mais interessados em ensinar, em ter um contato mais informal com os alunos fora da escola. E, apesar desses professores não serem bem vistos pela instituição, eles acabam garantindo a não deprecação do prédio. Os alunos, através da influência desses professores, percebem que não adianta quebrar o prédio e acabam adquirindo consciência do autoritarismo em suas escolas. A existência desses professores amigos parece ser fundamental, pois a meu ver são eles que possibilitam o interesse dos alunos pela escola e até o surgimento de críticas feitas à instituição, sendo talvez esse um dos motivos pelos quais: — a direção não veja com bons olhos a amizade envolvendo o relacionamento professor—aluno: "Tem final de semana... e vai na casa do professor, o professor vai na casa (...). Quer dizer, é uma amizade normal do lado de fora. Aqui dentro, a questão de papo é uma coisa que eles (a direção) não querem, eles querem que corte"; — a direção se utilize das atividades extraclasse como uma maneira de se impedir a formação de processos conflituosos. Diz uma aluna: "Eu imagino essa escola sem a Olim-

páda, sem o Festival que está tendo agora. Sabe, eu imagino como é que ia ser. A gente não ia agüentar, porque esse tipo de coisinha que acontece consegue amenizar o dia a dia da gente de aula”.

A meu ver não há uma relação direta entre o rigor nos sistemas de vigilância — punição e depredação do prédio, uma vez que os mecanismos disciplinares se encarregam de ajustar comportamentos, neutralizando as agitações, as revoltas, as críticas, as organizações espontâneas dos alunos.

Todas as escolas pesquisadas apresentaram-se como fundamentalmente autoritárias, confundindo liberdade desorganização e disciplina com repressão.

Eu diria que os casos abordados por mim nesse trabalho refletem o que acontece na sociedade como um todo onde o poder disciplinar se apóia basicamente em técnicas de dominação preparando corpos treinados, exercitados para a observância passiva de normas, como um meio de transformar os indivíduos em pontos de apoio aos novos mecanismos de poder, controle, vigilância, punição, que se desenvolvem tanto dentro como fora da escola.

## CONCLUSÃO

Muitos caminhos estão sendo apontados pelos próprios alunos, é preciso que os educadores ouçam o que eles têm a dizer.

Na escola, qual a palavra do aluno ? Que violências, nós professores, diretores, cometemos ao não ouvi-la ? Que pacto fazemos com o poder opressor ao legitimar a sua violência com a nossa violência exercida no cotidiano de nossas vidas. ●

Acredito na escola, principalmente por seu significado político, na medida em que a educação possibilita conhecer e negar o estabelecimento naquilo que este tem de opressor. Por esse motivo a escola deve ser não apenas um local agradável, mas polêmico, o palco não de conciliação, mas de conflito, de discussão, de crescimento, onde o desejo dos alunos, as suas necessidades, a sua fala representam os principais parâmetros para a elaboração de diretrizes que visem a organização da escola, o rendimento do aluno no que se refere a sua aprendizagem e principalmente à formação de indivíduos capazes de discutirem, de criticarem a sociedade onde estão inseridos, a partir de reflexão sobre a sua realidade mais imediata, a escola.

Foi tentando perceber como se tece a rede de poderes dentro da escola que analisei os sistemas de vigilância e punição e as possíveis

relações com a depredação do prédio. A pesquisa feita demonstrou que a depredação feita por alunos pode abrir um campo delimitado de violência onde é possível localizar, classificar e utilizar as pessoas que transgridem as normas para que haja a manutenção da uniformidade de comportamentos, ou seja, a homogeneização passa a depender das qualificações do tipo "marginais", "bagunceiros". "maconheiros", que acabam servindo de parâmetro para todos os alunos considerados rebeldes em potencial.

Deixo em aberto duas questões que talvez possibilitem a retomada e ampliação futuras desse trabalho sobre a vigilância – punição e depredação escolar:

1. É possível existirem escolas democráticas dentro de um Estado autoritário? Não haveria uma desigualdade na relação de forças entre micro e macro poderes?

2. Ao perguntar a um aluno o que ele faria se fosse diretor da sua escola, ele me respondeu: "Mandaria todos os professores embora". Ou seja, o processo se inverteria, os alunos seriam, desta vez, os portavozes de um poder de dominação que antes estava com os professores. Como pensar então em uma escola onde alunos e professores tivessem suas palavras ouvidas? Onde alunos e professores realizassem juntos o aprendizado da autoridade (sem autoritarismos) e da liberdade (sem licenciabilidade)?